BANCO CNH INDUSTRIAL CAPITAL S.A.

CNPJ 02.992.446/0001-75

Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825
Curitiba - PR - Brasil
Fone: (0xx41) 2107-7035
Fax: (0xx41) 2107-7540

CNH INDUSTRIAL | CAPITAL

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A administração do Banco CNH Industrial Capital S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras referentes ao segundo semestre de 2014, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

GERENCIAMENTO DE RISCOS

Desde o início de suas operações, o Banco tem como missão a promoção de financiamentos que fomentem a venda de máquinas e equipamentos produzidos pelas empresas do grupo Case New Holland, e a partir de janeiro deste ano, também no segmento de transportes para a marca Iveco.

O Banco CNH Industrial Capital S.A., em atendimento às exigências das Resoluções do Conselho Monetário Nacional, de números 3.380, 3.464, 3.721, 3.988, 4.090, e Circular nº 3.678 do Banco Central do Brasil, implementou, após a aprovação pelo *Board*, as políticas institucionais e as estruturas de gerenciamento de riscos. A descrição dessas estruturas e relatórios estão disponíveis na página da internet da Instituição, no endereço: www.bancocnh.com.br.

A seguir descrevemos um resumo de cada estrutura de risco:

A) Risco Operacional - Dentro dos princípios da Resolução nº 3.380 de 29/06/2006 do CMN, o Banco CNH Industrial Capital S.A. tem definida uma política e estrutura de gerenciamento de Riscos Operacionais (RO) aprovada pelo Conselho de Administração. A estrutura de RO consiste em: a) um comitê de Riscos Operacionais composto pela Diretoria, pelos responsáveis pela gestão de RO e pelos gestores de áreas operacionais; e b) uma área de gestão de RO que subordina-se diretamente ao responsável por Controles Internos, ligada à Presidência. A estrutura formalizada na política prevê atendimento aos procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicações relacionados a RO e prevê os papéis e responsabilidades dos órgãos que participam dessa estrutura. Atendendo ainda ao Acordo de Basileia II o Banco CNH Industrial Capital S.A. vem gerenciando seus riscos, utilizando a abordagem básica na utilização de alocação de capital.

B) Risco de Mercado - Em conformidade com a Resolução CMN nº 3.464, o Banco CNH Industrial Capital S.A. define como risco de mercado a possibilidade de ocorrências de perdas resultantes de flutuações no mercado de posições detidas pelo Banco. A Estrutura de Gerenciamento do Risco de Mercado controla a variação do valor de mercado das posições mantidas pelo Banco e identifica, avalia, monitora e controla os riscos associados às perdas decorrentes da flutuação nos valores de mercado das posições detidas pelo Banco CNH Industrial Capital S.A..

As questões relacionadas ao Risco de Mercado são tratadas no Comitê de *Funding* o qual se reúne periodicamente e delibera sobre os assuntos pertinentes à: Captação, Risco de Mercado e Risco de Liquidez.

O atual modelo de negócio do Banco CNH Industrial Capital S.A. não inclui nem prevê o uso de instrumentos/operações financeiras relacionadas a ações e/ou mercadorias (commodities). As operações de derivativos contratadas pelo Banco CNH Industrial Capital S.A. visam, exclusivamente, o *hedge* do descasamento de prazos e indexadores do balanço do Banco, conforme Política definida pela matriz do Grupo.

As atribuições básicas na gestão de Risco de Mercado são: a) Monitorar e controlar a exposição a risco de mercado, conforme os limites estabelecidos nas políticas do Banco CNH Industrial Capital S.A.; b) Recomendar, quando aplicável, alterações às políticas de gestão de Risco de Mercado; c) Identificar previamente os riscos inerentes a novas atividades e produtos; e d) Realizar simulações de condições extremas de mercado.

C) Risco de Crédito - Em conformidade com a Resolução CMN nº 3.721, o Banco CNH Industrial Capital S.A. possui uma estrutura específica para a gestão do Risco de Crédito, a qual se reporta à Presidência e tem como missão, identificar, mitigar, controlar, mensurar e estimar as perdas associadas ao risco de crédito, através de um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, aferição e diagnóstico dos modelos, instrumentos e processos vigentes, exigindo disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. Faz parte da estrutura de gerenciamento do risco de crédito: a) equipe específica de *Credit Risk Management*; b) políticas de crédito alinhadas com as normas globais do Grupo; c) modelos (scores) para concessão e manutenção do crédito; e d) equipe *underwriting* especializada e alçadas diferenciadas para a avaliação de cada proposta.

Para o Banco CNH Industrial Capital S.A., é de suma importância minimizar o risco e, por consequência, manter as perdas de crédito em um nível aceitável. Para tanto, executamos periodicamente desenvolvimentos, processos, análises e controles sobre toda a nossa carteira de crédito, tanto para a carteira ativa quanto para novas concessões. Dessa forma, estamos adequados às exigências dos órgãos reguladores, garantindo assim a aderência às leis e regulamentos, com foco na Resolução nº 3.721 do Conselho Monetário Nacional.

D) Risco de Liquidez - Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.090/2012, o Banco CNH Industrial Capital S.A. mantém uma estrutura de gestão de Risco de Liquidez, bem como níveis adequados e suficientes de liquidez compatíveis com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e dimensão da sua exposição a esse risco. Para isso define Risco de Liquidez como:

I - a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e

II - a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Relativamente ao índice de Basileia, as instituições financeiras devem manter o patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos ponderados por fatores que variam de 0% a 300%.

Em 31 de dezembro de 2014, o índice de Basileia do Banco CNH Industrial Capital S.A. era de 17,79%, conforme demonstrativo de resumo de cálculo abaixo:

	Dezembro 2014
Patrimônio de referência nível I	1.225.666,26
Capital principal	**1.225.666.26**
Patrimônio líquido	1.228.156,64
Ajustes prudenciais, conforme Resolução nº 4.192/13 do CMN	0,00
Redução dos ativos diferidos, conforme Resolução nº 3.444/07 do CMN	**(2.490,37)**
Redução dos ganhos / perdas de ajustes a valor de mercado em DPV e derivativos, conforme Resolução nº 3.444/07 do CMN (2)	0,00
Patrimônio de referência de Nível II	**0,00**
Soma dos ganhos / perdas de ajustes a valor de mercado em DPV e derivativos, conforme Resolução nº 3.444/07 do CMN (2)	0,00
Dívida subordinada (3)	0,00
Dedução dos instrumentos de captação, conforme Resolução nº 3.444/07 do CMN (2)	0,00
Patrimônio de referência (a)	**1.225.666,26**
Risco de crédito	695.448,47
Risco de mercado	17.331,35
Risco operacional	45.074,96
Ativo ponderado pelo risco - RWA (b) (4)	**757.854,78**
Patrimônio de referência exigido (RWA)	740.523,43
- Índice de Basileia	18,21
- Índice de Basileia Amplo (inclui RBAN)	17,79
Capital nível I	**18,21**
Capital principal	18,21
Capital nível II	**0,00**
Margem (PR - PRE - RBAN)	467.811,48

GERENCIAMENTO DE CAPITAL - Em conformidade com a Resolução CMN nº 3.988, o Banco CNH Industrial Capital S.A., possui estrutura para o gerenciamento de capital para: a) monitorar e controlar o capital mantido pela instituição; b) avaliar as necessidades de capital considerando riscos inerentes às atividades da instituição; e c) planejar as metas e a necessidade de capital, conforme objetivos estratégicos da instituição.

As áreas responsáveis e envolvidas no acompanhamento e monitoramento dos itens inerentes à política e ao processo de Gerenciamento de Capital estão a seguir descritos: a) Diretoria Financeira: Responsável pelos processos e controles relativos à estrutura de Gerenciamento de Capital; b) Contabilidade Gerencial: Responsável pelo monitoramento e divulgação de impactos que possam alterar, significativamente, os cenários previamente estabelecidos, levantando possíveis riscos e/ou necessidade de revisão das estratégias contempladas no referido plano; c) FP&A: Responsável pela elaboração de projeções de Resultado e Balanço, seguindo as diretrizes estabelecidas pela Banco, abrangendo o horizonte mínimo de três anos, bem como sua atualização anual; d) Comitê de *Funding*: desenvolvido para discussões relacionadas ao processo de gerenciamento de Risco de Liquidez e de Mercado que envolve diretamente as áreas de Tesouraria e Diretoria Financeira do Banco CNH Industrial Capital S.A. bem como a Fiat Finanças, empresa do grupo Fiat, responsável por acompanhamentos macroeconômicos e de operações financeiras. Este Comitê será responsável também por promover discussões acerca do gerenciamento de capital, bem como aprovar e promover premissas relacionadas ao cenário base e ao teste de *stress*.

OUVIDORIA - No que tange ao Direito do Consumidor, o Banco CNH Industrial Capital S.A., atendendo ao disposto na Resolução nº 3.477, do Conselho Monetário Nacional, implantou sua *Ouvidoria,* que tem como função ser canal de comunicação entre o Banco e seus clientes, buscando solucionar as questões não resolvidas em outros canais da Instituição, inclusive na medição de conflitos, bem como propor à Diretoria medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO - O Banco CNH Industrial Capital S.A, tem suas operações voltadas ao financiamento para aquisição de produtos da CNH Latin America Ltda.. Dentro desse cenário, 46,75% do total do *portfólio* corresponde a operações do segmento agrícola, 14,92% ao segmento de construção e 9,25% ao segmento de veículos. O Banco CNH Industrial Capital S.A., também opera com o financiamento de estoque de concessionários, o que corresponde a 29,08% do *portfólio*. Considerando as características, dos produtos financiados, a utilização de linhas de crédito do BNDES, representa 61,96% do total de financiamentos da carteira. O resultado do semestre registrou um lucro, após a dedução da provisão para o imposto de renda e contribuição social no valor de R$ 120.482 milhões por lote de mil ações. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é fundamentada na análise e classificação das operações em níveis de risco, sendo julgada, pela Administração, suficiente para a cobertura de eventuais perdas. Ao final do semestre, o saldo da provisão considerando honras e *off book* era de R$ 223.691 milhões representando 3,28% do valor da carteira de operações de crédito.

Curitiba, 09 de fevereiro de 2015

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

ATIVO

	Notas	2014	2013
CIRCULANTE		4.200.715	3.494.884
Disponibilidades	4	2.047	1.012
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4 e 5	755.498	349.742
Aplicações no mercado aberto		550.046	349.742
Aplicações em depósitos interfinanceiros		205.452	-
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	21	938	346
Instrumentos financeiros derivativos		938	346
Operações de crédito	6.a	3.128.955	2.552.182
Operações de crédito:			
Setor privado		3.253.605	2.702.118
Provisão para perdas em operações de crédito	6.e	(124.650)	(149.936)
Operações de arrendamento mercantil		(1.574)	(2.104)
Operações de arrendamento a receber:			
Setor privado	6.b	32.828	38.831
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	6.b	(32.421)	(38.023)
Provisão para perdas em operações de arrendamento mercantil	6.e	(1.981)	(2.912)
Outros créditos		284.510	566.003
Créditos por avais e fianças honrados	6.c	2.694	15.040
Diversos	7.1	287.944	571.892
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	6.e	(6.128)	(20.929)
Outros valores e bens		30.341	27.703
Outros valores e bens		33.951	32.893
Provisão para desvalorizações		(5.862)	(6.849)
Despesas antecipadas		2.252	1.659
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		3.248.282	2.490.497
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		3.486	5.290
Instrumentos financeiros derivativos	21	3.486	5.290
Operações de crédito	6.a	3.070.528	2.284.542
Operações de crédito:			
Setor privado		3.157.630	2.403.976
Provisão para perdas em operações de crédito	6.e	(87.102)	(119.434)
Operações de arrendamento mercantil		(823)	(2.007)
Operações de arrendamento a receber:			
Setor privado	6.b	24.246	35.474
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	6.b	(24.246)	(35.474)
Provisão para perdas em operações de arrendamento mercantil	6.e	(823)	(2.007)
Outros créditos		175.091	202.672
Créditos por avais e fianças honrados	6.c	386	556
Diversos	7.1	174.710	202.129
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	6.e	(5)	(13)
PERMANENTE		107.615	139.307
Investimentos		537	626
Outros investimentos		1.044	1.133
Provisão para perdas		(507)	(507)
Imobilizado de uso		4.034	2.833
Outras imobilizações de uso		9.171	7.225
Depreciações acumuladas		(5.137)	(4.392)
Imobilizado de arrendamento	8.1	78.393	107.992
Bens arrendados		126.643	154.510
Superveniência de depreciação		32.093	38.935
Depreciações acumuladas		(80.343)	(85.453)
Diferido		2.490	2.281
Gastos de organização e expansão		5.180	4.242
Amortização acumulada		(2.690)	(1.961)
Intangível	8.2	22.161	25.575
Ativos intangíveis		27.785	25.939
Amortização acumulada		(5.624)	(364)
T o t a l		7.556.612	6.124.688

PASSIVO

	Notas	2014	2013
CIRCULANTE		2.140.429	1.103.640
Depósitos	9	235.283	283.105
Depósitos interfinanceiros		-	251.489
Depósitos a prazo		235.283	31.616
Recursos de aceites e emissão de títulos	10	804.980	-
Obrigação por emissão de letras de crédito do agronegócio		89.345	-
Obrigação por emissão de letras financeiras		715.635	-
Obrigações por empréstimos e repasses	11	1.018.179	763.712
Repasses do país - instituições oficiais		1.018.179	763.712
Instrumentos financeiros derivativos	21	206	440
Instrumentos financeiros derivativos		206	440
Outras obrigações		81.781	56.383
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		40	12
Sociais e estatutárias		2.901	4.018
Fiscais e previdenciárias	7.2	35.149	13.952
Diversas	7.1	43.691	38.401
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		4.018.764	3.777.271
Depósitos	9	462.996	707.615
Depósitos a prazo		462.996	707.615
Recursos de aceites e emissão de títulos	10	455.198	744.871
Obrigação por emissão de letras de crédito do agronegócio		1.846	112.757
Obrigação por emissão de letras financeiras		453.352	632.114
Obrigações por empréstimos e repasses	11	3.014.876	2.237.424
Repasses do país - instituições oficiais		3.014.876	2.237.424
Instrumentos financeiros derivativos	21	6.072	5.497
Instrumentos financeiros derivativos		6.072	5.497
Outras obrigações		79.622	81.864
Fiscais e previdenciárias	7.2	51.182	40.896
Diversas	7.1	28.440	40.968
RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	12	169.263	157.110
Resultados de exercícios futuros		169.263	157.110
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14	1.228.156	1.086.667
Capital - de domiciliados no exterior		885.596	885.596
Capital - de domiciliados no País		5.986	5.986
Reserva de capital		113.908	113.908
Reserva de lucros		220.417	78.855
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários		2.249	2.322
T o t a l		7.556.612	6.124.688

(Continua...)

(...continuação)

BANCO CNH INDUSTRIAL CAPITAL S.A.

CNPJ 02.992.446/0001-75

Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825
Curitiba - PR - Brasil
Fone: (0xx41) 2107-7035
Fax: (0xx41) 2107-7540

CNH INDUSTRIAL CAPITAL

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

	Notas	2014 2º Semestre	2014 Exercício	2013 Exercício
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		407.186	737.779	607.200
Operações de crédito	6.a	311.788	559.649	511.050
Operações de arrendamento mercantil	6.b	27.037	54.153	65.999
Operações com títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez	5	54.420	91.511	34.208
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	21	(3.457)	(4.562)	(5.306)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		17.398	37.028	1.249
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		(181.514)	(293.459)	(235.123)
Captações no mercado	9	(115.582)	(204.154)	(76.882)
Empréstimos, cessões e repasses	11	(28.726)	(53.587)	(44.182)
Operações de arrendamento mercantil	6.b	(22.306)	(44.402)	(50.692)
Provisão para perdas com créditos		(14.900)	8.684	(63.367)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		225.672	444.320	372.077
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(61.388)	(145.673)	(102.305)
Receitas de prestação de serviços		9.064	13.581	5.061
Despesas de pessoal		(19.114)	(40.895)	(29.372)
Resultado de participação em controlada		1	5	18
Outras despesas administrativas	15	(31.676)	(57.067)	(43.007)
Despesas tributárias		(10.890)	(18.923)	(18.161)
Despesas de obrigações por operações vinculadas a cessão (+/-)		(1.545)	(1.545)	-
Outras receitas operacionais	16	3.568	7.540	12.698
Outras despesas operacionais	17	(10.796)	(48.369)	(29.542)
RESULTADO OPERACIONAL		164.284	298.647	269.772
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		(1.040)	(849)	(4.807)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E AS PARTICIPAÇÕES		163.244	297.798	264.965
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	13	(40.882)	(95.150)	(57.701)
Imposto de renda corrente		(12.147)	(37.942)	(23.898)
Contribuição social corrente		(8.185)	(23.456)	(14.975)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(20.550)	(33.752)	(18.828)
PARTICIPAÇÃO ESTATUTÁRIA NO LUCRO		(1.880)	(3.669)	(3.154)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE / EXERCÍCIO		120.482	198.979	204.110
LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES – R$		135	223	229

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	2014 2º Semestre	2014 Exercício	2013 Exercício
1 - RECEITAS	405.875	769.682	563.172
Intermediação financeira	407.186	737.779	607.200
Prestação de serviços	9.064	13.581	5.061
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(14.900)	8.684	(63.367)
Outras receitas operacionais	3.568	7.544	12.716
Outras receitas não operacionais	957	2.094	1.562
2 - DESPESAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(166.614)	(302.143)	(171.756)
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(42.424)	(102.828)	(77.588)
Materiais, energia e outros	(244)	(452)	(504)
Serviços de terceiros	(2.451)	(5.343)	(4.868)
Outras despesas administrativas	(25.392)	(44.178)	(36.306)
Outras despesas operacionais	(12.340)	(49.913)	(29.541)
Outras despesas não operacionais	(1.997)	(2.942)	(6.369)
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1+2+3)	196.837	364.711	313.828
5 - DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(3.284)	(6.433)	(1.112)
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4+5)	193.553	358.278	312.716
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	193.553	358.278	312.716
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Pessoal	17.583	37.586	27.242
Remuneração direta	14.008	30.163	22.741
Benefícios	2.486	5.009	2.817
F.G.T.S.	1.089	2.414	1.684
Impostos, taxas e contribuições	55.183	121.051	81.147
Federais	54.283	119.421	79.859
Estaduais	2	79	17
Municipais	898	1.551	1.271
Remuneração de capitais de terceiros	305	662	217
Aluguéis	305	662	217
Remuneração de capitais próprios	120.482	198.979	204.110
Juros sobre o capital próprio	57.417	57.417	111.255
Lucros retidos	63.065	141.562	92.855
Total	193.553	358.278	312.716

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	2014 2º Semestre	2014 Exercício	2013 Exercício
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido	120.482	198.979	204.110
Ajustes ao lucro líquido	70.695	99.261	170.103
Depreciações e amortizações	3.284	6.432	1.112
Depreciação de arrendamento mercantil	20.839	42.242	50.692
Superveniência de depreciação	(1.663)	541	(10.730)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	14.900	(8.684)	63.366
Provisão para desvalorização - bens não de uso	852	852	3.341
Provisão para contingências	1.691	12.046	4.960
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.550	33.752	18.829
Resultado na alienação de valores e bens	-	-	2.842
Aumento em resultados de exercícios futuros	9.117	12.153	36.319
Ajuste ao valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	1.125	(73)	9.372
Provisão / reversão BNDES	-	-	(10.000)
Variação em ativos e passivos:	(368.127)	184.550	(258.924)
Redução / (aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	1.499	1.553	-
Redução / (aumento) em títulos e valores mobiliários	-	-	(926)
Redução / (aumento) em operações de crédito e de arrendamento	(1.399.709)	(1.355.789)	(1.377.542)
Redução / (aumento) em outros créditos	280.212	275.323	(461.368)
Redução / (aumento) em outros valores e bens	157	(2.431)	(10)
Redução / (aumento) em depósitos	44.214	(292.441)	70.105
Aumento em obrigações por empréstimo e repasses	823.700	1.031.919	810.369
Redução / (aumento) em outras obrigações	(215.595)	11.109	(44.423)
Redução em captação no mercado aberto	97.395	515.307	744.871
Caixa líquido originado em atividades operacionais	(176.949)	482.792	115.289

	2014 2º Semestre	2014 Exercício	2013 Exercício
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Alienação / (aquisição) em imobilizado de uso	(490)	(2.087)	(1.313)
Alienação / (aquisição) em imobilizado de arrendamento	(4.232)	(13.184)	(20.279)
Alienação / (aquisição) de bens não de uso próprio	(2.317)	(1.059)	(12.798)
Alienação / (aquisição) de investimentos	91	89	(79)
Aplicação / (baixa) no ativo diferido	314	(495)	509
Aplicação / (baixa) no ativo intangível	(719)	(1.846)	(23.661)
Caixa líquido aplicado em atividades de investimento	(7.354)	(18.584)	(57.621)
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO			
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(57.417)	(57.417)	(111.255)
Caixa líquido aplicado em atividades de financiamentos	(57.417)	(57.417)	(111.255)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(241.720)	406.791	(53.587)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	999.265	350.754	404.341
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	757.545	757.545	350.754
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(241.720)	406.791	(53.587)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Notas	Capital social realizado	Aumento de capital	Reserva de capital	Reserva de lucros	Ajuste ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários	Lucros / Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012		800.829	45.753	113.908	37.219	(1.730)	(6.219)	989.760
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	21	-	-	-	-	4.052	-	4.052
Aumento de capital		90.753	(45.753)	-	(45.000)	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	204.110	204.110
Destinações:								
Reserva legal		-	-	-	4.642	-	(4.642)	-
Reserva outras		-	-	-	81.994	-	(81.994)	-
Remuneração do capital próprio		-	-	-	-	-	(111.255)	(111.255)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		891.582	-	113.908	78.855	2.322	-	1.086.667
Mutações do exercício		90.753	(45.753)	-	41.636	4.052	6.219	96.907
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		891.582	-	113.908	78.855	2.322	-	1.086.667
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	21	-	-	-	-	(73)	-	(73)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	198.979	198.979
Destinações:								
Reserva legal		-	-	-	7.078	-	(7.078)	-
Reserva outras		-	-	-	134.484	-	(134.484)	-
Remuneração do capital próprio		-	-	-	-	-	(57.417)	(57.417)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		891.582	-	113.908	220.417	2.249	-	1.228.156
Mutações do exercício		-	-	-	141.562	(73)	-	141.489
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014		891.582	-	113.908	157.352	1.124	-	1.163.966
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	21	-	-	-	-	1.125	-	1.125
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	120.482	120.482
Destinações:								
Reserva legal		-	-	-	3.153	-	(3.153)	-
Reserva outras		-	-	-	59.912	-	(59.912)	-
Remuneração do capital próprio		-	-	-	-	-	(57.417)	(57.417)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		891.582	-	113.908	220.417	2.249	-	1.228.156
Mutações do semestre		-	-	-	63.065	1.125	-	64.190

(continua...)

BANCO CNH INDUSTRIAL CAPITAL S.A.

CNPJ 02.992.446/0001-75

Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825
Curitiba - PR - Brasil
Fone: (0xx41) 2107-7035
Fax: (0xx41) 2107-7540

CNH INDUSTRIAL CAPITAL

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco CNH Industrial Capital S.A. ("Banco") foi constituído em 9 de novembro de 1998 e autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 4 de janeiro de 1999. As atividades operacionais tiveram início em 5 de abril de 1999. Em 20 de março de 2014 conforme aprovação do BACEN, o Banco teve sua denominação social alterada para Banco CNH Industrial Capital S.A..

O Banco CNH Industrial Capital S.A. está autorizado a operar com as carteiras de investimento, de crédito, financiamento e de arrendamento mercantil, passando a operar no repasse de linhas de financiamento da Agência Especial de Financiamento Industrial (BNDES FINAME) a partir de abril de 1999. Atualmente, as operações do Banco são voltadas ao financiamento para a aquisição de produtos da CNH Latin America Ltda., através das linhas de financiamento da Agência Especial de Financiamento Industrial (BNDES FINAME), crédito ao consumidor - CDC, operações de arrendamento mercantil e empréstimo de capital de giro.

O Banco CNH Industrial Capital S.A. passou a financiar as operações da rede de concessionárias e clientes IVECO Latin America Ltda. ("IVECO"), em virtude de uma reorganização mundial das empresas da CNH Industrial, a partir de janeiro 2014.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emanadas da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações, inclusive com as alterações da Lei nº 11.638/07 e aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), através dos critérios estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e de outros regulamentos dessa Instituição.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém a maioria não foi homologada pelo BACEN. Desta forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

(a) Pronunciamento conceitual básico (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação do Relatório Contábil-Financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12;
(b) CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
(c) CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
(d) CPC 05 (R1) - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
(e) CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
(f) CPC 23 - Políticas Contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
(g) CPC 24 - Contabilização e divulgação de eventos subsequentes - homologado pela Resolução nº 3.973/11;
(h) CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09.

Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização destes será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pelo Banco na elaboração das demonstrações financeiras são:

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência. Os valores sujeitos à variação monetária são atualizados "*pro rata*" dia.

b) Fluxo de caixa

Para fins das Demonstrações dos Fluxos de Caixa o Banco utiliza o método indireto segundo o qual o lucro líquido ou prejuízo é ajustado pelos seguintes efeitos:

I. Das transações que não envolvem caixa;
II. De quaisquer diferimentos ou outras apropriações por competência sobre recebimentos ou pagamentos operacionais passados ou futuros; e
III. De itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

Os valores considerados como caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e às aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata e/ou com data de vencimento/resgate original igual ou inferior a 90 (noventa) dias, na data da contratação.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São avaliadas pelo montante aplicado acrescido dos rendimentos incorridos até a data dos balanços. É constituída provisão para ajuste a valor de mercado, quando aplicável.

d) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários, conforme determinado pela Circular BACEN nº 3.068/2001 foram classificados nas seguintes categorias:

I. Títulos disponíveis para venda: são avaliados a valores de mercado, em contrapartida à destacada conta do patrimônio líquido denominada: "Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários", líquido dos efeitos tributários, e acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, os quais foram lançados no resultado;
II. Títulos mantidos até o vencimento: títulos e valores mobiliários para os quais haja intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelos valores de aplicação, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, os quais foram lançados no resultado;
III. Títulos para negociação: adquiridos com o objetivo de serem frequentemente negociados e de forma ativa são ajustados pelo valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização, em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante.

e) Instrumentos financeiros derivativos

Conforme determinado na Circular BACEN nº 3.082/02, os instrumentos financeiros derivativos compostos por operações de *swap* são avaliados e contabilizados pelos seguintes critérios:

- Operações de *swap* - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriados em receita ou despesa "*pro rata*" até a data do balanço.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas, na data do balanço a valor de mercado, contabilizando a valorização ou a desvalorização conforme segue:

- Instrumentos financeiros derivativos não considerados como *hedge* - em conta de receita ou despesa no resultado do período.
- Instrumentos financeiros considerados como *hedge* - são classificados como *hedge* de risco de mercado ou *hedge* de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge* e os respectivos itens objeto de *hedge* devem ser ajustados ao valor de mercado, no mínimo, por ocasião dos balancetes mensais e balanços.

Os *hedges* de risco de mercado são destinados a compensar o risco decorrente da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de *hedge*. Sua valorização ou desvalorização deve ser registrada à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

Os *hedges* de fluxo de caixa são destinados a compensar a variação no fluxo de caixa estimado. A valorização ou desvalorização da parcela efetiva deve ser registrada em contrapartida à destacada conta no patrimônio líquido, deduzidos os efeitos tributários. A parcela não efetiva do *hedge*, quando aplicável, é reconhecida diretamente no resultado do período.

f) Provisão para perdas em operações de crédito

A provisão para perdas em operações de crédito, avais e fianças e de arrendamento mercantil foi constituída com base na análise individual dos créditos a receber, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999, sendo considerada suficiente pela Administração para a cobertura de riscos com eventuais perdas. Adicionalmente, foi observado o conteúdo da Resolução CMN nº 3.749/2009, que estabelece critérios para a classificação de operações de crédito rural, objeto de renegociação.

g) Bens não de uso próprio

No recebimento de bens não de uso próprio, é adotado o menor valor dentre os seguintes:

1. Valor do crédito;
2. Valor do bem apurado em laudo de avaliação, com indicação dos critérios de avaliação e dos elementos de comparação adotados, e instituído com documentos relativos ao bem avaliado; e
3. Na hipótese de crédito já baixado como prejuízo e na ocorrência de incerteza, quanto ao valor da realização do bem objeto de dação em pagamento, prevalece o valor do bem apurado em laudo de avaliação. O reconhecimento como receita não operacional dar-se-á quando da alienação.

h) Arrendamento mercantil

As depreciações sobre os bens arrendados são registradas, mensalmente, de forma linear com base nos respectivos prazos usuais de vida útil, reduzidos em 30%, exceto para os contratos com pessoas físicas, que são depreciados de acordo com os prazos normais e com a legislação fiscal vigente.

Os valores residuais garantidos, que representam as opções de compra a vencer, bem como suas respectivas atualizações, são registrados na rubrica "Valores residuais a realizar", tendo como contrapartida a conta de "Valores residuais a balancear", no grupo de operações de arrendamento mercantil.

Conforme diretrizes estabelecidas pelo BACEN, o Banco ajusta suas demonstrações financeiras pela diferença apurada entre o valor contábil de arrendamentos a receber, imobilizado de arrendamento e o valor presente da sua carteira de arrendamento mercantil, às respectivas taxas internas de retorno de cada contrato, como superveniência ou insuficiência de depreciação, no imobilizado de arrendamento. Os ajustes são registrados, quando positivos, a crédito de receitas de operações de arrendamento mercantil e, quando negativos, a débito de despesas de operações de arrendamento mercantil, em contrapartida ao imobilizado de arrendamento.

i) Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, de acordo com as Resoluções nºs 3.642 de 26/11/2008 e 2.283 de 05/06/1996, ambas do BACEN e registrado pelo custo de aquisição. Está composto por direito de uso de linha de negócios adquiridos junto a terceiros, com amortização linear e de acordo com o prazo previsto em contrato de cinco anos. Redução ao valor recuperável dos ativos - uma perda é reconhecida, caso existam evidências claras de que o ativo está avaliado por valor não recuperável. Este procedimento é realizado anualmente.

j) Redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*"impairment"*)

É reconhecida como perda, quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa, registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa, substanciais, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos.

As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros, exceto aqueles registrados nas rubricas de "Outros valores e bens" e de "Outros créditos - créditos tributários" são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos.

k) Passivo circulante e exigível a longo prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias incorridos "*pro rata temporis*".

l) Contingências

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/2009, do CMN que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, obedecendo aos seguintes critérios:

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação e;
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas administrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, independentemente à classificação do risco, e atualizadas de acordo com a legislação vigente.

m) Provisões para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída à razão de 15% sobre o lucro real, acrescido de adicional de 10% sobre a parte desse lucro que excedeu a R$ 240 no exercício (R$ 120 no semestre). A contribuição social calculada sobre o lucro líquido antes do imposto de renda, à alíquota de 15%.

O Banco registra imposto de renda e a contribuição social sobre as diferenças temporárias, os quais serão realizados quando da utilização ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas, e estão apresentados nas rubricas "Outros créditos - Diversos" e "Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias" e refletidos no resultado do exercício. Os créditos tributários são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da administração.

n) Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

o) Resultado de exercícios futuros

Referem-se às receitas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos futuros, sendo que já devem ser deduzidas dos custos e despesas correspondentes, incorridos ou a incorrer, incluindo rendimentos não restituíveis. A apropriação ao resultado é efetuada de acordo com a vigência dos respectivos contratos "*pro rata*" dia.

p) Lucro por ação

Foi calculado com base no número de ações em circulação na data-base de 31 de dezembro de 2014.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2014	2013
Disponibilidades	2.047	1.012
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)	755.498	349.742
Total	757.545	350.754

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2014	2013
	Circulante	Circulante
Título	**Até 3 meses**	**Até 3 meses**
Aplicações em depósitos interfinanceiros	205.452	-
Operações compromissadas	550.046	349.742
Total	755.498	349.742

Em 31 de dezembro de 2014, o Banco apurou uma receita com Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Títulos e Valores Mobiliários, no montante de R$ 91.511 (R$ 34.208 em 2013).

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

a) A carteira de operações de crédito está composta da seguinte forma

	2014	2013
CIRCULANTE		
Repasses no país - BNDES FINAME	667.385	526.984
Empréstimos e financiamentos	2.586.220	2.175.134
Provisão para perdas em operações de crédito	(124.650)	(149.936)
Subtotal	3.128.955	2.552.182
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Repasses no país - BNDES FINAME	2.146.933	1.702.210
Empréstimos e financiamentos	1.010.697	701.766
Provisão para perdas em operações de crédito	(87.102)	(119.434)
Subtotal	3.070.528	2.284.542
Total	6.199.482	4.836.724

Em 31 de dezembro de 2014, o Banco apurou receitas com Operações de Crédito no montante de R$ 559.649 (R$ 511.050 em 2013).

b) A carteira de arrendamento mercantil está composta da seguinte forma:

O valor dos contratos de arrendamento mercantil é representado pelo seu respectivo valor presente, apurado com base na taxa interna de cada contrato. Esses valores, em atendimento às normas do Banco Central do Brasil, são apresentados em diversas rubricas patrimoniais, as quais são resumidas a seguir:

	2014	2013
Arrendamentos a receber	57.074	74.305
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(56.667)	(73.497)
Bens arrendados (Nota 8.1)	126.643	154.510
Superveniência de depreciação (Nota 8.1)	32.093	38.935
Depreciação acumulada de bens arrendados (Nota 8.1)	(80.343)	(85.453)
Perda em arrendamento a amortizar	1.483	745
Amortização acumulada do diferido	(1.483)	(1.041)
Credores por antecipação de valores residuais (Nota 7.1)	(28.004)	(41.885)
Total	50.796	66.619

Em 31 de dezembro de 2014, o Banco apurou receitas com operações de Arrendamento Mercantil no montante de R$ 54.153 (R$ 65.999 em 2013) e despesas com Arrendamento Mercantil, no montante de R$ 44.402 (R$ 50.692 em 2013). O Banco registrou provisão para perdas no montante de R$ 2.804 (R$ 4.919 em 2013).

c) A composição da carteira de operações de crédito, de arrendamento mercantil, devedores por compra de valores e bens e avais e fianças honrados, por tipo de cliente e atividade econômica é como segue:

	2014	2013
SETOR PRIVADO		
Rural	2.814.318	2.229.194
Comércio	1.498.996	1.436.415
Serviços	1.315.265	994.111
Pessoa física	1.036.525	1.032.091
Total da carteira	6.665.104	5.691.811
CIRCULANTE		
Operações de crédito	3.253.605	2.702.118
Valor presente das operações de arrendamento mercantil	29.248	35.298
Devedores por compra de valores e bens (Nota 7.1)	199.993	503.503
Créditos por avais e fianças honrados	2.694	15.040
Total da carteira	3.485.540	3.255.959
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Operações de crédito	3.157.630	2.403.976
Valor presente das operações de arrendamento mercantil	21.548	31.322
Créditos por avais e fianças honrados	386	556
Total da carteira	3.179.564	2.435.854
Total	6.665.104	5.691.813

BANCO CNH INDUSTRIAL CAPITAL S.A.

CNPJ 02.992.446/0001-75

Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825
Curitiba - PR - Brasil
Fone: (0xx41) 2107-7035
Fax: (0xx41) 2107-7540

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

d) Apresentação da carteira de operações de crédito, arrendamento mercantil, devedores por compra de outros valores e bens e avais e fianças honrados, de acordo com os níveis de risco:

Nível de risco	2014 Em curso normal Operações	2014 Em curso normal Provisões	2014 Vencidos Operações	2014 Vencidos Provisões	2014 Total Operações	2014 Total Provisões	2013 Total Operações	2013 Total Provisões
AA	551.385	-	-	-	551.385	-	361.813	-
A	2.800.198	14.001	-	-	2.800.198	14.001	1.931.300	9.656
B	1.504.669	15.047	16.843	168	1.521.512	15.215	1.954.314	19.543
C	1.207.419	36.223	30.142	904	1.237.561	37.127	836.983	25.109
D	344.858	34.486	43.510	4.351	388.368	38.837	382.186	38.219
E	32.731	9.819	26.209	7.863	58.940	17.682	11.830	3.549
F	10.632	5.316	5.357	2.678	15.989	7.994	7.145	3.572
G	137	96	4.256	2.979	4.393	3.075	35.532	24.873
H	41.031	41.031	45.727	45.727	86.758	86.758	170.708	170.708
Total	6.493.060	156.019	172.044	64.670	6.665.104	220.689	5.691.811	295.229

A tabela abaixo contempla as provisões de garantias prestadas registradas em conta de compensação "Garantias prestadas - em curso normal", cuja provisão para perdas estão registradas no passivo na rubrica de "Outras obrigações", como segue:

Garantias prestadas - em curso normal - FINAME BNDES	2014		2013	
Nível de risco	**Operações**	**Provisões**	**Operações**	**Provisões**
AA	22.475	-	38.323	-
A	76.092	380	120.316	602
B	32.942	330	54.696	547
C	18.719	562	27.936	838
D	4.902	490	7.764	776
E	490	147	773	232
F	198	99	269	135
G	-	-	33	23
H	995	995	8.695	8.695
Total	156.813	3.003	258.805	11.848

e) Provisão para garantias prestadas: O Banco é responsável por recomprar parcelas vencidas e contratos de repasse BNDES FINAME e CESSÃO DE CRÉDITO FIDC não honrados, conforme contratos de convênios firmados junto a outras instituições financeiras. Em 31 de dezembro de 2014, as coobrigações e riscos com garantias prestadas pelo Banco montavam a R$ 156.813 (R$ 258.805 em 2013). O valor total das garantias prestadas recompradas referentes a estas operações de repasse vencidas, montavam em R$ 3.080 em 31 de dezembro de 2014 (R$ 15.596 em 2013) e, estão registradas na conta de "Créditos por avais e fianças honradas". Em 31 de dezembro de 2014, o Banco possui provisão no montante de R$ 3.003 (R$ 11.848 em 2013), registrada no passivo na conta "Provisão para passivos contingentes" referente às garantias prestadas em curso normal e R$ 6.133 (R$ 20.942 em 2013), registrada no ativo na conta "Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa" referente às garantias já honradas. Em 31 de dezembro de 2014, não haviam garantias prestadas na modalidade de Carta de Fiança bancária a concessionários Iveco. Em 31 de dezembro de 2013, estas garantias montavam R$ 62.000 e possuíam provisão no montante de R$ 620.

f) Movimentação da provisão para perdas com crédito

A movimentação da provisão para perdas com créditos, a qual inclui, além das operações de crédito, as operações de arrendamento mercantil, é como segue:

	2º Semestre de 2014		Exercício de 2014		Exercício de 2013	
	Provisão para convênios de financiamento BNDES FINAME	Provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e avais e fianças prestadas	Provisão para convênios de financiamento BNDES FINAME	Provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e avais e fianças prestadas	Provisão para convênios de financiamento BNDES FINAME	Provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e avais e fianças prestadas
Saldo no início do período	7.015	244.179	12.468	295.229	27.710	296.112
Complemento reversão da provisão para perdas com créditos	(4.012)	18.912	(9.465)	781	(15.242)	78.609
Parcela utilizada (compensação como prejuízo)	-	(42.402)	-	(75.321)	-	(79.492)
Saldo final	3.003	220.689	3.003	220.689	12.468	295.229

Os créditos recuperados no exercício somaram R$ 73.161 (R$ 136.196 em 2013) e os créditos renegociados somaram R$ 50.039 (R$ 26.951 em 2013).

7. OUTROS CRÉDITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

7.1. Diversos

	2014	2013
Outros créditos – Circulante		
Títulos e créditos a receber (a) (Nota 6.c)	199.993	503.503
Créditos tributários (Nota 13.c)	29.978	37.663
Valores a receber de sociedades ligadas (Nota18)	26.334	16.438
Imposto a compensar	11.529	10.565
Outros	20.110	3.723
Total	287.944	571.892
Outros créditos – Longo prazo		
Créditos tributários (Nota 13.c)	170.877	198.327
Devedores de depósito em garantia	3.833	3.802
Total	174.710	202.129
Outras obrigações – Circulante		
Parcelas recebidas e não baixadas (b)	11.471	2.532
Credores por antecipação de valor residual em garantia (Nota 6.b)	16.107	21.888
Valores a pagar - convênios (Nota 6.e e 6.f)	1.649	7.082
Despesas de pessoal	3.003	2.801
Outras despesas administrativas	10.324	3.265
Provisão para pagamentos a efetuar	1.137	833
Total	43.691	38.401
Outras obrigações – Longo prazo		
Credores por antecipação de valor residual de garantia (Nota 6.b)	11.897	19.996
Provisão para contingências cíveis (Nota 20)	7.860	8.959
Provisão para contingências trabalhistas (Nota 20)	7.329	6.627
Valores a pagar - convênios (Nota 6.e e 6.f)	1.354	5.386
Total	28.440	40.968

(a) Referente à compra pelo Banco CNH Industrial Capital S.A. de créditos de titularidade de Empresas não Financeiras do Grupo CNH Industrial, sem coobrigação do cedente.

(b) O Banco recebeu dos clientes, parcelas de pagamento de operações de crédito que foram identificadas e não baixadas, contabilmente, até o encerramento do balanço em 31 de dezembro de 2014. Tais parcelas são baixadas no mês subsequente em até cinco dias úteis.

7.2. Fiscais e previdenciárias

	2014	2013
Fiscais e previdenciárias - Circulante		
Impostos e contribuições a recolher	35.149	13.952
Total	35.149	13.952
Fiscais e previdenciárias - Longo prazo		
Provisão para impostos diferidos (Nota 13.c)	14.143	15.574
Provisão para contingências fiscais (Nota 20)	37.039	25.322
Total	51.182	40.896

8. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO E INTANGÍVEL

8.1. Imobilizado

	2014	2013
Veículos e afins (Nota 6.b)	126.643	154.510
Superveniência de depreciação (Nota 6.b)	32.093	38.935
Depreciação acumulada (Nota 6.b)	(80.343)	(85.453)
Total	78.393	107.992

Movimentação da superveniência de depreciação

	2014	2013
Saldo inicial	34.498	34.833
Superveniência / insuficiência de depreciação do período	1.663	10.730
Prejuízo do período	(4.068)	(6.628)
Saldo final	32.093	38.935

No exercício, foram registrados R$ 1.663 de superveniência de depreciação (R$ 10.730 de superveniência de depreciação em 2013) em contrapartida de receitas de operação de arrendamento mercantil. O seguro do imobilizado de arrendamento é contratado pelos respectivos arrendatários, conforme estabelecido em cláusula contratual.

8.2. Intangível

	2014	2013
Intangível	27.785	25.939
(-) Amortização acumulada de ativos intangíveis	(5.624)	(364)
Total	22.161	25.575

Movimentação da amortização

	2014	2013
Saldo inicial	(2.964)	(188)
Amortização do período	(2.660)	(176)
Saldo final	(5.624)	(364)

Em 30 de dezembro de 2013, foi firmado entre o Banco Fidis S.A. e o Banco CNH Industrial Capital S.A. com anuência da Iveco Latin America Ltda., Instrumento Particular de Cessão de Direitos e Obrigações, o qual transfere o direito de uso de linha de negócios pelo Fidis ao Banco CNH Industrial Capital S.A., para prestação de serviços financeiros aos Clientes Finais, Concessionários e à Iveco. O valor da operação está sendo amortizado em cinco anos com o prazo contratual correspondendo à taxa de 20% ao ano.

9. DEPÓSITOS

	2014 Circulante Até 3 meses	2014 Circulante 3 a 12 meses	2014 Exigível a longo prazo 1 a 3 anos	2014 Exigível a longo prazo 3 a 5 anos	2014 Total	2013 Total
Título						
CDI	-	-	-	-	-	280.490
CDB (*)	38.946	196.337	23.200	439.796	698.279	640.125
Total	38.946	196.337	23.200	439.796	698.279	920.615

(*) A taxa média verificada para as operações de depósitos a prazo no ano foi de 96,98% do CDI (96,27% em 2013).

Em 31 de dezembro de 2014, o Banco apurou uma despesa com captação no mercado no montante de R$ 204.154 (R$ 76.882 em 2013).

10. RECURSOS DE ACEITES CAMBIAIS, LETRAS IMOBILIÁRIAS E HIPOTECÁRIAS, DEBÊNTURES E SIMILARES

	2014			2013
Título	**Circulante**	**Exigível a longo prazo**	**Total**	**Total**
LCA	89.345	1.846	91.191	112.757
LF	715.635	453.352	1.168.987	632.114
Total	804.980	455.198	1.260.178	744.871

A taxa média verificada para as operações de aceites cambias no ano foi de 102,10% do CDI (108,88% em 2013).

11. OBRIGAÇÕES POR REPASSES - INSTITUIÇÕES OFICIAIS

Referem-se a repasses de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (modalidade BNDES FINAME), com vencimentos até 2024 e com encargos à taxa prefixada entre 1,5% e 11,00% ao ano ou pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), acrescida de juros entre 1,0% e 3,0% ao ano.

Em 31 de dezembro de 2014, o Banco apurou uma despesa com empréstimo e repasse no montante de R$ 53.587 (R$ 44.182 em 2013).

12. RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS

Representados por R$ 169.263 em 31 de dezembro de 2014 (R$ 157.110 em 2013), referem-se às receitas de juros recebidas antecipadamente, oriundas substancialmente da parte relacionada à CNH Industrial Capital S.A. e sua rede de concessionárias, as quais são registradas como resultados de exercícios futuros e apropriadas para o resultado, conforme os prazos dos correspondentes contratos de operação de crédito.

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do imposto de renda e da contribuição social incidente sobre as operações do período

	2º Semestre 2014	Exercício 2014	Exercício 2013
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social e após as participações	161.364	294.129	261.811
Encargos (imposto de renda e contribuição social) às alíquotas nominais de 25% e 15%, respectivamente	(64.546)	(117.652)	(104.724)
Efeito das exclusões / adições permanentes /temporárias:	23.664	22.502	47.023
Efeito das exclusões / adições do semestre / exercício	(903)	(1.190)	1.360
Destinação para incentivos fiscais	1.600	1.600	1.161
Ajustes de anos anteriores	-	(875)	-
Efeito dos juros sobre o capital próprio	22.967	22.967	44.502
Imposto de renda e contribuição social devidos sobre o resultado do semestre / exercício, líquido dos impostos diferidos	(40.882)	(95.150)	(57.701)

b) Composição do imposto de renda e contribuição social no resultado:

	2014	2013
Impostos e contribuições correntes:		
Imposto de renda e contribuição social	(61.398)	(38.873)
Impostos e contribuições diferidos:		
Imposto de renda e contribuição social	(33.752)	(18.828)
Total	(95.150)	(57.701)

c) Movimentação e origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

Descrição	Saldos em 31/12/2013	Constituição (reversão líquida da realização)	Saldos em 31/12/2014
Provisão para perdas com créditos (a)	179.910	(47.829)	132.081
Provisão para perdas com Cédula de Crédito Rural (CPR)	1.649	(215)	1.434
Provisão para contingências	3.299	345	3.644
Provisão para desvalorização de bens não de uso	2.740	(395)	2.345
COFINS Lei nº 9.718/98	43.475	7.488	50.963
Outros	4.917	5.471	10.388
Total do crédito tributário	235.990	(35.135)	200.855
Superveniência de depreciação	(15.574)	2.737	(12.837)
Ajuste ao valor de mercado	-	(1.306)	(1.306)
Subtotal	(15.574)	1.431	(14.143)
Créditos tributários - líquidos	220.416	(33.704)	186.712

(a) O crédito tributário de imposto de renda e contribuição social sobre a provisão para créditos e liquidação duvidosa sobre os contratos de operações de crédito e de arrendamento financeiro é composto, basicamente, por parte da provisão existente de R$ 132.081 acrescida dos créditos baixados para prejuízo que ainda não atendem aos critérios de dedutibilidade estabelecidos pela Lei nº 9.430/96.

BANCO CNH INDUSTRIAL CAPITAL S.A.

CNPJ 02.992.446/0001-75

Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825
Curitiba - PR - Brasil
Fone: (0xx41) 2107-7035
Fax: (0xx41) 2107-7540

CNH INDUSTRIAL | CAPITAL

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

d) Expectativa de realização dos créditos tributários

Considerando as expectativas de resultados futuros, determinados com base em premissas que incorporam, entre outros fatores, a manutenção do nível de operações e o atual cenário econômico, a Administração considera que os créditos tributários registrados em 31 de dezembro de 2014, atendem aos requerimentos dados pela Resolução nº 3.059/02 e Resolução nº 3.355/06 do CMN (Conselho Monetário Nacional) e serão realizados nos seguintes prazos:

Ano	2014	2013
2014	-	37.663
2015	29.978	82.538
2016	29.978	39.063
2017	80.943	39.063
2018	29.978	37.663
2019	29.978	-
Total	200.855	235.990

O valor presente dos créditos tributários sobre as diferenças temporárias, considerando a taxa média de captação, líquido dos efeitos tributários, é de R$ 145.256 (R$ 181.867 em 2013).

e) Lei nº 12.973/14

Em novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627 estabelecendo que a não incidência de tributação sobre os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013, pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, efetivamente pagos até a data de publicação da referida Medida Provisória, em valores superiores aos apurados com observância dos métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007, desde que a empresa que tenha pagado os lucros ou dividendos optasse pela adoção antecipada do novo regime tributário já a partir de 2014. Em maio de 2014, esta Medida Provisória foi convertida na Lei nº 12.973/14, com alterações em alguns dispositivos, inclusive no que refere-se ao tratamento dos dividendos, dos juros sobre o capital próprio e da avaliação de investimentos pelo valor de patrimônio líquido. Diferentemente do que previa a Medida Provisória, a Lei nº 12.973/14 estabeleceu a não incidência tributária de forma incondicional para os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013. O Banco elaborou estudos sobre os efeitos que poderiam advir da aplicação das disposições da Lei nº 12.973/14 e concluiu que não há efeitos significativos nas suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 e de 31 de dezembro de 2013 e, está avaliando se optará ou não pela antecipação de seus efeitos, que deverá ser manifestada na Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) referentes aos fatos geradores ocorridos no mês a ser determinado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB).

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado está representado por 891.582.770 ações ordinárias nominativas, no valor de R$ 1,00 (um real) cada uma, sendo 477.107.338 ações pertencentes à CNH Industrial N.V. com sede na Holanda, 408.489.345 ações pertencentes à CNH Industrial Capital UK Limited com sede no Reino Unido, e 5.986.087 ações da CNH Industrial Latin America Ltda.. A distribuição de dividendos está sujeita à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas, a qual poderá deliberar sobre a retenção total ou parcial dos lucros.

b) Reserva de capital

A reserva de capital é decorrente, substancialmente, de ágio na subscrição de ações, podendo ser utilizada para futuros aumentos de capital social.

c) Reserva de lucros

A reserva de lucros - outros refere-se ao lucro remanescente após a constituição da reserva legal, permanecendo nesta condição até que o Conselho de Administração delibere por sua destinação definitiva, em conformidade com as disposições estatutárias. Em 31 de dezembro de 2014, foi constituída reserva de lucros no montante de R$ 134.484, com a utilização de parte do lucro líquido do exercício.

d) Juros sobre o capital próprio

O Banco efetuou o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante bruto de R$ 57.417, sendo o valor líquido do imposto de renda retido na fonte equivalente a R$ 49.309. O referido pagamento foi realizado proporcionalmente à participação de cada acionista do Banco.

15. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º Semestre	Exercício	
	2014	2014	2013
Despesas de serviços técnicos especializados (a)	(8.848)	(15.727)	(16.789)
Despesas de serviços de terceiros (b)	(2.790)	(5.754)	(5.734)
Despesas de processamento de dados	(3.431)	(6.100)	(5.373)
Despesas de emolumentos judiciais e cartoriais	(2.658)	(4.640)	(3.609)
Despesas de viagens e transportes	(1.584)	(3.930)	(3.092)
Despesas de promoções e publicidade	(3.990)	(5.650)	(1.814)
Despesa de serviço do sistema financeiro	(2.093)	(3.512)	(2.007)
Despesas de amortização e depreciação	(3.284)	(6.432)	(1.112)
Despesas de comunicações	(264)	(511)	(528)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(171)	(342)	(421)
Outras despesas administrativas	(2.563)	(4.469)	(2.528)
Total	(31.676)	(57.067)	(43.007)

(a) Referem-se, substancialmente, a serviços de assessores jurídicos, no montante de R$ 7.875 (R$ 8.048 em 2013), utilização de serviços técnicos de contabilidade, impostos, serviços financeiros e serviços de análise de crédito R$ 6.730 (R$ 6.829 em 2013) e outros prestadores de serviços.

(b) Referem-se, substancialmente, a serviços de cobrança no montante de R$ 3.901 (R$ 3.533 em 2013), e outros prestadores de serviços no montante de R$ 1.854 (R$ 1.765 em 2013).

16. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2º Semestre	Exercício	
	2014	2014	2013
Outras rendas operacionais	2.644	4.947	4.310
Recuperação de encargos e despesas	924	2.593	8.388
Total	3.568	7.540	12.698

17. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2º Semestre	Exercício	
	2014	2014	2013
Despesas de fianças bancárias (a)	(6.698)	(14.931)	(19.633)
Despesas com provisão para contingências (c)	(1.691)	(12.046)	(4.960)
Despesas descontos concedidos em renegociações (b)	(582)	(17.583)	(1.960)
Despesas de vistorias de bens financiados	(425)	(738)	(674)
Despesas de comissões	(173)	(326)	(287)
Despesas com atualizações monetárias	-	-	(54)
Outras despesas operacionais	(1.227)	(2.745)	(1.974)
Total	(10.796)	(48.369)	(29.542)

(a) O valor refere-se a despesas com fiança bancária garantidoras das operações com o BNDES.
(b) O valor refere-se a despesas com descontos concedidos em negociações para clientes em atraso.
(c) O valor refere-se a despesas com provisões para contingências cíveis, trabalhistas e fiscais.

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições pactuadas entre as partes (prazos de vencimento e taxas de remuneração), e os saldos são assim resumidos:

	2º Semestre de 2014		Exercício de 2014		Exercício de 2013	
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
Depósitos (CDB e LCA)	(2.691)	(23.188)	(2.691)	(34.522)	(456.694)	(43.145)
Fiat Automóveis S.A.	(317)	(33)	(317)	(49)	(376)	(40)
Fiat do Brasil S.A.	(1.165)	(115)	(1.165)	(169)	(1.149)	(122)
CNH Latin America Ltda.	(1.199)	(2.551)	(1.199)	(4.869)	(303.826)	(33.988)
CNH Administração Ltda.	-	(7)	-	(13)	(123)	(13)
Iveco Latin America Ltda.	-	(7.831)	-	(9.772)	(151.201)	(5.178)
Demais empresas	(10)	(1)	(10)	(2)	(19)	(2)
CNH Industrial N.V.	-	(12.650)	-	(19.648)	-	(3.802)
Serviços prestados	(17)	(1.845)	(17)	(3.691)	(312)	(3.525)
Fiat Finanças S.A.	-	(1.706)	-	(3.412)	(285)	(3.234)
Fiat do Brasil Ltda.	(17)	(139)	(17)	(279)	(27)	(291)
Outros créditos e obrigações	26.334	(6.698)	26.334	(14.930)	16.438	(19.633)
CNH Industrial N.V.	-	(6.698)	-	(14.930)	-	(19.633)
Iveco Latin America Ltda.	-	-	-	-	62	-
CNH Latin America Ltda.	26.334	-	26.334	-	16.376	-
Banco FIDIS S.A.	12.289	12.289	12.289	12.289	-	-

19. REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

Os benefícios de curto prazo são compostos pela remuneração fixa para cada semestre, bem como pela remuneração variável, provisionada e paga em cada semestre, e totalizaram R$ 1.681 para o exercício de 2014 (R$ 1.562 em 2013).

20. PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES FISCAIS

O Banco questiona judicialmente certas contingências fiscais, cíveis e trabalhistas. Com base no atual estágio dos referidos processos, na avaliação da Administração e na opinião de seus assessores jurídicos, foram registradas as provisões em montantes considerados suficientes pela Administração, na rubrica de "Outras obrigações fiscais e previdenciárias - provisões para contingências fiscais" no montante de R$ 37.039 (R$ 25.322 em 2013), na rubrica de "Outras obrigações - provisões para contingências cíveis" no montante de R$ 7.860 (R$ 8.959 em 2013) e "Outras obrigações – Fiscais e previdenciárias - Provisão para contingências trabalhistas", no montante de R$ 7.329 (R$ 6.627 em 2013).

Provisões para contingências fiscais

O Banco CNH Industrial Capital S.A. vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados. As principais ações referem-se a:

- COFINS: Representados por R$ 26.214, o Banco CNH Industrial Capital S.A. pleiteia restituir a COFINS (Lei nº 9.718/98, artigo 3º), quanto à incidência desse imposto apenas sobre as receitas com vendas de mercadorias e receitas de prestação de serviços, afastando-se assim, a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo pretendida.
- O Banco possui provisionado o montante de R$ 9.234 decorrentes de riscos fiscais. A avaliação dos assessores legais do Banco resultou em uma provável perda.
- ISS: Representados por R$ 1.591 (R$ 1.430 em 2013) o Banco CNH Industrial Capital S.A. pleiteia o indeferimento do auto de infração em razão da prestação de serviços de vistoria em contratos de FINAME, diante da falta de previsão do serviço na lista anexa ao Decreto-lei nº 406/68, e Lei Complementar nº 116/03.

Provisões para contingências trabalhistas

São ações movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas. As ações são controladas individualmente e as provisões no montante de R$ 7.329 (R$ 6.627 em 2013) encontram-se registradas na rubrica de "Outras obrigações – Diversos – Provisão para contingências trabalhistas".

Provisões para contingências cíveis

São ações judiciais movidas de caráter indenizatórios e revisionais de crédito. As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano moral, referentes a protesto e inserção de informação sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito. As ações são controladas individualmente e as provisões no montante de R$ 7.860 (R$ 8.959 em 2013) encontram-se registradas na rubrica de "Outras obrigações – Diversos - Provisão para contingências cíveis".

Movimentação das provisões

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo final em 31/12/2013	25.322	6.627	8.959	40.908
Constituição / reversão	11.555	792	(967)	11.380
Atualização monetária	162	21	251	434
Baixas por pagamento	-	(111)	(383)	(494)
Saldo final em 31/12/2014	37.039	7.329	7.860	52.228

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Os principais riscos relacionados aos negócios são risco de crédito, de mercado, de liquidez e risco operacional, abaixo definidos:

a) Risco de crédito: possibilidade de ocorrência de perdas para o Banco, associadas ao não cumprimento pela contraparte de empréstimo ou operação financeira, de suas obrigações nos termos pactuados.

b) Risco de mercado: relacionado às flutuações de preços e taxas, ou seja, às oscilações de mercados de taxas de juros dentro do país, que geram reflexos nos preços dos ativos e passivos negociados nos mercados.

c) Risco de liquidez: relacionado ao descasamento de fluxos financeiros de ativos e passivos, com reflexos sobre a capacidade financeira do Banco, em obter recursos para honrar seus compromissos.

Visando à eliminação de parte do risco de oscilações de taxas de juros ocasionadas, em virtude de um cenário macroeconômico instável, evitando assumir posições expostas a flutuações nas taxas de captação pós-fixadas e operando com aplicações (operações de crédito) com taxas prefixadas, o Banco realizou operações de *swaps* que permitem o controle e/ou manutenção dos *spreads* esperados nas referidas operações. Os contratos de *swaps*, firmados com outras instituições financeiras, estão registrados na CETIP S.A. - Mercados Organizados.

a) Instrumentos financeiros derivativos *(swap)*

	31/12/2014			
Contratos de *swaps*	Valor Referencial (Contas de compensação)	Valor líquido a receber (a pagar)	Valor de mercado	Ajuste ao valor de mercado
Ativos DI x Passivos Pré (*)	284.916	366	4.115	3.749
Ativos Pré x Passivos DI (**)	315.000	(261)	(5.969)	(5.708)
Total	599.916	105	(1.854)	(1.959)

	31/12/2013			
Contratos de *swaps*	Valor Referencial (Contas de compensação)	Valor líquido a receber (a pagar)	Valor de mercado	Ajuste ao valor de mercado
Ativos DI x Passivos Pré (*)	169.609	(153)	3.717	3.870
Ativos Pré x Passivos DI (**)	315.000	1.398	(4.018)	(5.416)
Total	484.609	1.245	(301)	(1.546)

(*) Instrumento financeiro classificado como *hedge* de fluxo de caixa, tendo a variação da marcação de mercado contabilizada diretamente no patrimônio líquido.

(**) Instrumento financeiro classificado como *hedge* de risco de mercado, tendo a variação da marcação de mercado contabilizada diretamente no resultado do exercício.

O valor líquido estimado dos ganhos e das perdas registrados na conta da reserva do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos no patrimônio líquido, bem como o reflexo financeiro das principais transações e compromissos futuros objeto de *hedge* possuem as seguintes faixas de vencimento:

	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Reserva do valor justo dos instrumentos financeiros:				
31/12/2014	732	3.396	(13)	4.115
31/12/2013	(93)	677	3.133	3.717

O Banco tem como política a utilização de instrumentos financeiros derivativos, única e exclusivamente, com o intuito de *hedge*. O Banco, seguindo as práticas de mercado, capta recursos a taxas pré e pós-fixadas e as aplica, em parte, a taxas prefixadas. Com o objetivo de mitigar as variações nos fluxos de caixa futuro associados ao passivo pós-fixado devido às mudanças nas taxas de juros, o Banco contratou operações de *swap* de taxas de juros em que é pago o valor nocional corrigido por uma taxa de juros fixa e recebe o valor nocional corrigido por uma taxa de juros variável mitigando, assim, o risco de taxa de juros do item objeto de *hedge*. Dessa forma, os instrumentos financeiros derivativos relativos às operações de "swap" visam realizar o "matching" da carteira, imunizando o caixa e o resultado econômico contra variações inesperadas no custo das captações pós-fixadas.

A efetividade do item objeto de *hedge* em relação ao instrumento financeiro derivativo é testada prospectivamente e retrospectivamente, sendo que a parcela não efetiva, quando aplicável é apropriada diretamente ao resultado.

Os controles de risco e exposição utilizam como instrumento a análise de "duration gap's" e "interest rate" e o VAR ("value at risk"). Quando o *gap* ultrapassa os limites definidos na Política de Gestão de Risco de Taxas de Juros adotada pelas empresas do Grupo Fiat Industrial, novas operações de derivativos são contratadas e/ou revertidas. O acompanhamento sobre os indexadores e seus volumes é realizado diariamente, visando enquadramento na política de risco de mercado adotada pelo Banco. Os instrumentos derivativos financeiros são marcados a mercado diariamente e por ocasião do fechamento dos balancetes mensais, sempre com observância à sua efetividade. O ajuste do valor justo destes instrumentos é registrado contra o patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários, em razão de sua classificação como *hedge* de fluxo de caixa.

b) Movimentações da reserva do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e dos títulos e valores mobiliários

A seguir são apresentadas as movimentações da reserva do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e dos títulos e valores mobiliários constituída no patrimônio líquido:

	31/12/2014	
	Instrumentos financeiros	Total
Saldo da reserva do valor justo no final do exercício	3.749	3.749
Efeitos de imposto de renda e contribuição social	(1.500)	(1.500)
Ajuste de avaliação patrimonial	2.249	2.249

	31/12/2013	
	Instrumentos financeiros	Total
Saldo da reserva do valor justo no final do exercício	3.870	3.870
Efeitos de imposto de renda e contribuição social	(1.548)	(1.548)
Ajuste de avaliação patrimonial	2.322	2.322

As perdas lançadas no resultado decorrem da liquidação das operações de instrumentos financeiros, e não pela ausência de efetividade do instrumento de *hedge* no intervalo estabelecido na política de proteção do Banco.

BANCO CNH INDUSTRIAL CAPITAL S.A.

CNPJ 02.992.446/0001-75

Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825
Curitiba - PR - Brasil
Fone: (0xx41) 2107-7035
Fax: (0xx41) 2107-7540

CNH INDUSTRIAL | CAPITAL

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

c) Resumo das operações de *swap* em aberto na data de 31 de dezembro de 2014

Descrição	Valor referencial	Valor justo
Posição ativa - *hedge* de valor justo		
Taxa 113,10% CDI	200.000	228.997
Taxa 113,35% CDI	115.000	131.961
Total	315.000	360.958
Posição passiva - *hedge* de valor justo		
Taxa pré	315.000	366.928
Total	315.000	366.928
Posição ativa - *hedge* de fluxo de caixa		
Taxa 100,95% CDI	92	144
Taxa 102,40% CDI	4.000	4.750
Taxa 104,00% CDI	24.926	29.568
Taxa 105,00% CDI	21.789	24.207
Posição ativa - *hedge* de fluxo de caixa		
Taxa 105,20% CDI	26.453	29.218
Taxa 107,50% CDI	13.000	14.348
Taxa 108,00% CDI	140.000	141.091
Taxa 110,00% CDI	36.776	41.077
Taxa 115,00% CDI	17.880	20.981
Total	284.916	305.384
Posição passiva - *hedge* de fluxo de caixa		
Taxa pré	284.916	301.269
Total	284.916	301.269

22. Limites operacionais: O CMN (Conselho Monetário Nacional), através da Resolução nº 3.490/07, instituiu nova forma de apuração do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), com efeito, a partir de 1º de julho de 2008. O índice da Basileia para 31 de dezembro de 2014 é 17,79% (18,20% em 2013).

DIRETORIA

BRETT DAVID DAVIS – Diretor-Presidente
HEBERSON GOES – Diretor
PAULO MAXIMO FILHO – Diretor
CARLA LUCIANA MATTEDI – Diretora
JUCIVALDO FEITOSA – Diretor

CHEFE DE CONTABILIDADE

ANDERSON LODOVICO
CRC PR 045.454/O-6 - CPF 004.082.939-18

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

VALENTINO RIZZIOLI – Presidente do Conselho
BRETT DAVID DAVIS – Conselheiro
ODDONE INCISA – Conselheiro
VILMAR FISTAROL – Conselheiro
FABRIZIO MILONE – Conselheiro

CONTADORA

CRISTINA SCATOLIN QUIRINO
CRC PR-055.349/O-4 - CPF 006.780.869-74

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores do **Banco CNH Industrial Capital S.A. -** Curitiba - PR

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco CNH Industrial Capital S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

O Banco registra as suas operações de arrendamento mercantil e elabora as suas demonstrações financeiras com observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente (Nota explicativa nº 8). Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com a disposição da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, mas resultam na adequada apresentação do resultado e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto quanto a não reclassificação referida no parágrafo base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco CNH Industrial Capital S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparada sob responsabilidade da Administração do Banco, cuja apresentação nas demonstrações financeiras está sendo apresentada de forma voluntária pelo Banco, uma vez que não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Curitiba, 9 de fevereiro de 2015.

EY Building a better working world
ERNEST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6-F-PR

Rogério Xavier Magalhães
Contador CRC-1MG080613/O-1

Ana Andréa Iten de Alcantara
Contadora CRC-1SC025678/O-3-T-PR